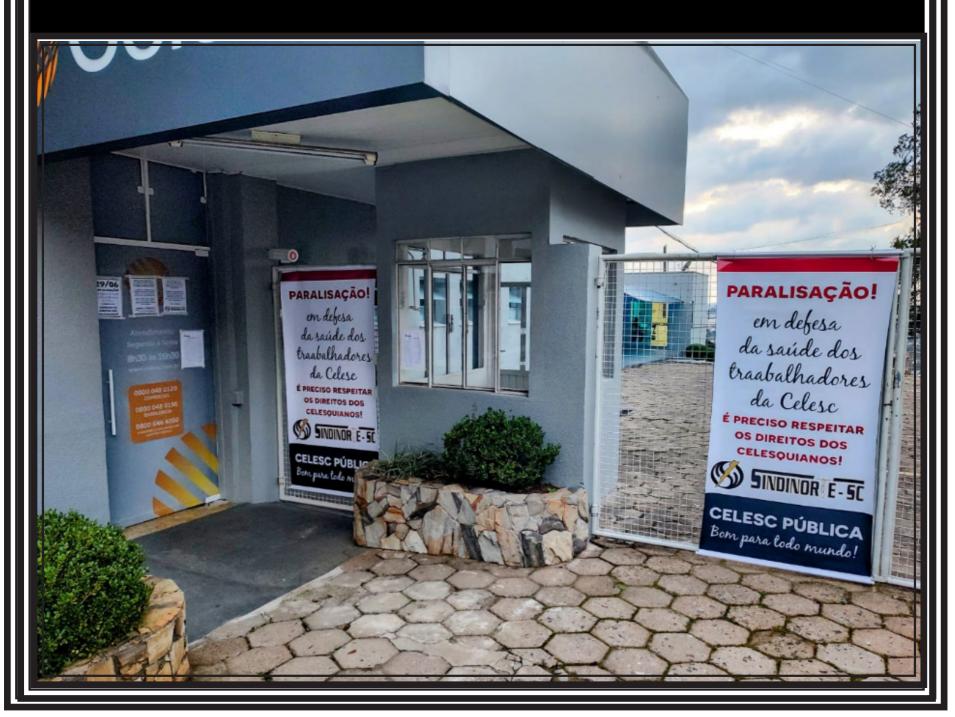
LEIA NAS PG. 2-3



■ INTERCEL | INTERSUL | JORNAL LINHA VIVA Nº 1539 - 07 DE JULHO DE 2022

14 DE JULHO MARQUE NA AGENDA

TRABALHADORES DA CELESC DE TODO O ESTADO TÊM ENCONTRO MARCADO EM FLORIANÓPOLIS, EM DEFESA DO PLANO DE SAÚDE





TRABALHADORES DA CELESC TÊM ENCONTRO MARCADO DIA 14 DE JULHO EM FLORIANÓPOLIS

Atos na Assembleia Legislativa e na Administração Central da Celesc estão marcados para acontecer na próxima quinta-feira



Trabalhadores da ativa e aposentados da Celesc em todo o estado têm um encontro marcado na próxima quinta-feira, 14 de julho: nesse dia, os sindicatos da Intercel organizam um protesto na Assembleia Legislativa e, também, nos portões da sede da empresa, no Itacorubi, em Florianópolis, protestando contra a negativa da empresa em seguir negociando a nova modalidade de Plano de Saúde

paço na tribuna para se manifestar junto a deputados e a classe política, o obietivo é denunciar que a proposta que a empresa vinha negociando junto aos sindicatos da Intercel até o mês de junho contém ilegalidades e sua apreciação pela categoria poderia ser anulada judicialmente.



Já na Administração Central da Celesc, no dia 14 acontece uma reunião do Conselho de Administração da empresa. O Conselho precisar tomar conhecimento do descontentamento da proposta que vinha sendo negociada e, mais que isso, a disposição da categoria em paralisar os servicos caso não haja mudanças na proposta.

A participação de todos é fundamental nesse processo. Os sindicatos da Intercel estão organizando ônibus No plenário da Alesc, onde a Intercel conseguiu um es- de todo o estado para facilitar a locomoção dos trabalhadores. Informe-se com seu sindicato o horário de partida do ônibus e se integre à Caravana em Defesa do Plano de Saúde de Celesquianos e Celesquianas.

> Só com a união e disposição da categoria em lutar essa batalha será vencida! Participe dos atos!

CELESC

ASSEMBLEIAS REGIONAIS TÊM PARTICIPAÇÃO EXPRESSIVA DA CATEGORIA

Sindicatos finalizam Assembleias Regionais hoje, quinta-feira

Os Sindicatos que compõem a Intercel fazem nesta semana Assembleias Regionais (uma ou mais em cada região do estado) junto aos traba-Ihadores da Celesc.

O objetivo é dialogar, discutir e construir de forma coletiva a Pauta de Reivindicações do Acordo Coletivo de Trabalho 2022/23. A primeira etapa do processo é justamente as Assembleias Regionais. A partir daí, a Intercel fará a sistematização de todas as propostas que chegaram de cada região e, na sequência, colocará em votação junto a trabalhadores de todo o estado na Assembleia Estadual, confirmada para acontecer dia 06 de agosto, no Clube Atlético Baependi, em Jaraguá do Sul, norte do estado. Na Assembleia estadual serão votadas tão somente as propostas que vieram das Assembleias Regionais. Não há espaço para inclusão ou modificação de cláusulas que não tenham vindo dos debates regionais.

Hoje, quinta-feira, acontece a última Assembleia Regional pelo estado. O Sinergia promove, às 16h30min, Assembleia com os trabalhadores do Vale do Rio Tijucas, na loja de atendimento da Celesc em Tijucas. Todos os trabalhadores da região são convidados a participar e a contribuir com sugestões, modificações ou inclusões de novas cláusulas.







NOTAS CURTAS

Trabalhadores da Celesc, em contato com o Linha Viva, têm se manifestado sobre a campanha da empresa sobre o planc de saúde iunto aos meios de comunicacão. Os comentários têm sido em tom de crítica sobre a conduta da diretoria: "Não é a primeira vez que essa diretoria faz isso: a impressão que dá é que a empresa quer colocar a sociedade catarinense contra a gente", diz um trabalhador. Outro também se manifestou: "estão apelando para a grande mídia para botar a população contra os funcionários [...] eles não falam nos comunicados que nossos salários foram congelados e todos os cortes que tivemos".

Ainda sobre o Plano de Saúde, foi bastante questionado o fato da live sobre o tema, na terça-feira, dia 05, ter sido realizada de dentro de uma sala fechada e não junto aos trabalhadores, no auditório, olhando nos olhos da categoria. A atual diretoria ainda não aprendeu que celesquianos e celesquianas gostam de quem fala olhando nos olhos.

O Sinergia promove hoje junto a trabalhadores da CEREJ as Assembleias Gerais Ordinárias, para debater e deliberar a contraproposta da direção da empresa, com vistas ao Acordo Coletivo de Trabalho 2022/2023, além de outros encaminhamentos que trabalhadores e trabalhadoras decidirem ser necessários para a construção do ACT 2022/2023. As assembleias acontecem nos seguintes horários e locais: para trabalhadores lotados no posto de Atendimento da Águas Mornas e sede da empresa, hoje, às 8h, tendo como local c pátio externo da sede da CEREJ em frente ao almoxarifado no município de Biguaçu. Para os trabalhadores lotados nas demais áreas da CEREJ, hoje, às 13h30min, tendo como local a área externa do Posto de Atendimento de Major Gercino, na Localidade de Pinheiral

CGT ELETROSUL

MUTUCA TIRA BOI DO MATO

Eletrobras pode frustrar mediação do ACT com proposta inaceitável

Após o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) sinalizar ao Ministro do TST, Sr. Alexandre Agra, a disposição para encaminhar nas assembleias a aprovação da proposta de mediação apresentada por ele no dia 28/06, a Eletrobras frustrou as expectativas de um desfecho satisfatório para o ACT esta semana. No entendimento do CNE, considerando o esgotamento das negociações e a conjuntura da privatização, a proposta do Ministro viabilizava a assinatura de um acordo fechado em mesa de negociação, que garantia minimamente os empregos e direitos da maioria dos trabalhadores, e faltava apenas esclarecimentos sobre alguns pontos da proposta, que chegaram a ser questionados pelo CNE junto ao próprio ministro do TST.

No entanto, a Eletrobras contrapôs o espírito da proposta apresentada por ele, peticionando uma proposta repleta de pegadinhas. Não bastasse isso, em 04/07 a CGTEletrosul divulgou aos trabalhadores a contraproposta da Eletrobras. No seu informativo a empresa afirmou que a Intersindical dos Profissionais de Nível Médio e Universitário da CGT Eletrosul já havia aprovado a proposta "final" da Eletrobras em suas assembleias. Isso atrapalha demais o ambiente de negociação que ainda existe, pois cabe destacar, a Intersindical mencionada é composta pelos chamados "sindicatos diferenciados", que não representam o todo dos trabalhadores da CGTEletrosul. Pelo contrário, esta intersindical tem atuação apenas no Estado de Santa Catarina, e representa somente parte da

A suposta aprovação pela Intersindical também prejudica o ambiente negocial que ainda existe. Os Sindicatos e Associações que compõem a INTERSUL, que participam e acompanham os encaminhamentos do CNE, não aprovaram nenhuma proposta. Por esta razão, o acordo coletivo vem sendo prorrogado e o CNE já peticionou junto ao TST a rejeição, a priori, da proposta divulgada pela Eletrobras, pelo entendimento que, nessa proposta, a Eletrobras privatizada deixa claro sua real intenção: DEMITIR, DEMITIR e DEMITIR.

Ao estender a vigência do ACT de 1 para 2 anos, a Eletrobras incluiu três parágrafos na cláusula 8ª, que ameacam severamente os empregos dos trabalhadores. O Parágrafo Quarto estabelece que, durante o segundo ano de vigência do presente ACT, de 01.05.2023 até 30.04.2024 e após a oferta de, pelo menos, um plano de desligamento voluntário incentivado no citado período, eventuais dispensas sem justa causa poderão abranger qualquer empregado. O Parágrafo Quinto prevê que durante o segundo ano de vigência do ACT, de 01/05/2023 até 30/04/2024, deverão ser preservados que dias melhores virão!

80% (oitenta por cento) da quantidade total de postos de trabalho existentes em 30/04/2023 nas empresas Eletrobras (este percentual foi alterado posteriormente, a primeira versão da Eletrobras trazia 70%). E por fim, no Parágrafo Sexto, a proposta da Eletrobras abre possibilidade de ultrapassar o patamar de demissões citado no parágrafo anterior, bastando apenas fazer a reposição dos empregados em até 30 dias.

É necessário prestar atenção nas PEGADINHAS que esta proposta encerra, ao dizer que, no segundo ano da vigência, dispensas sem justa causa poderão abranger qualquer empregado. Ao mesmo tempo em que propõe uma redução de 20% sobre o total de postos de trabalho restantes ao final do primeiro ano do ACT (após as demissões do primeiro ano), o parágrafo seguinte estabelece que este patamar poderá ser ultrapassado.

Ora, somos conhecedores do modus operandi das empresas pri vatizadas, temos clareza da intenção da Eletrobras: a demissão do maior número possível de trabalhadores, com eventual substituição por trabalhadores muito mais baratos, ou até mesmo terceiri zados, sem os mesmos direitos, enfim a precarização dos empregos e do serviço prestado como forma de reduzir o PMSO e potencializar o LUCRO dos acionistas privados.

Esta análise do CNE levou o Coletivo rejeitar preliminarmente tal proposta, sem levar sequer à deliberação pelas assembleias. A posição do CNE foi peticionada no processo junto da posição afir mativa de que os trabalhadores apostam ainda no processo de mediação, aguardando avanços na interlocução entre sindicatos, TST e Eletrobras, visto que o ACT atual tem vigência até 15/07/2022.

Por último, cabe destacar que, ao final deste processo, caso não haja avanços possíveis de serem deliberados por aprovação, não restará outra alternativa aos Sindicatos: aprovar nas assembleias a realização de GREVE POR TEMPO INDETERMINADO, para suscitar o dissídio coletivo de greve e, minimamente, garantir as cláusulas preexistentes, inclusive a vigência de dois anos que está no ACT atual e também constava da proposta de mediação do TST.

Como diz o ditado popular no Sul do Brasil, "mutuca tira boi do mato". Assim, após a proposta elaborada pelo ministro Alexandre Agra, a Eletrobras, com sua proposta "atravessada", deixou clara sua real intenção. É contra essa intenção que os Sindicatos da Intersul e do CNE lutarão até onde for necessário e possível. A união da classe trabalhadora é nossa expectativa e nossa confiança de

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina - INTERCEL e da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil - INTERSUL Jornalista responsável: Leonardo Contin da Costa (MTE 6550/SC) Conselho Editorial: Patrícia Mendes Estagiária: Ana Júlia Gonçalves

Rua Larcerda Coutinho, 149, Florianópolis, SC | CEP 88015-030 E-mail: sinergiajornal@gmail.com As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

TRIBUNA LIVRE

PERIGOS QUE REQUEREM TODA A ATENÇÃO DOS BRASILEIROS

Por José Álvaro de Lima Cardoso, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

Os motoristas de caminhões de carga da Argentina iniciaram em 22 de junho uma greve por tempo indeterminado, exigindo maior oferta de óleo diesel e aumento no preço dos fretes. No dia 29, o governo argentino anunciou medidas para normalizar o abastecimento de diesel no país. Entre as principais medidas anunciadas está a suspensão temporária do imposto de importação do diesel, visando a normalização da oferta do produto no mercado interno. O governo anunciou também que determinará o aumento do percentual de biocombustível no diesel e expandir a produção interna nas refinarias do país, objetivando reduzir a escassez do produto. No final de junho foi acordado entre as partes um aumento de 16% em todas as tarifas de transporte de grãos.

Pelas últimas informações disponíveis, as organizações dos trabalhadores, em função do acordo, e em solidariedade à morte de um caminhoneiro ocorrida recentemente, deram uma trégua, para ver se a as medidas para resolver o problema da escassez de óleo diesel funcionarão. Porém, continuarão atentos e mobilizados. A previsão do governo é que a oferta de diesel se normalizará gradativamente em todo o país. Mas nos últimos dias permaneciam as longas filas de caminhões, ao lado das rodovias, ou mesmo bloqueando-as, em diversas províncias.

Os fatos recentes na Argentina, Peru, Brasil, e no mundo todo, com atenção especial para os acontecimentos ligados à guerra na Ucrânia, revelam a importância do petróleo e seus derivados. No Brasil, a partir do golpe de 2016, a Petrobrás vem passando por um processo de esquartejamento, numa estratégia de privatização "por dentro", ou seja, vendendo a empresa aos pedaços, e a colocaram exclusivamente a serviço dos acionistas. Somente no ano passado a Petrobrás distribuiu R\$101 bilhões, sendo que destes apenas R\$ 37 bilhões entraram nos cofres públicos brasileiros, e R\$63 bilhões foram apropriados por grupos privados, dentre os quais, R\$44 bilhões, destinados a grupos estrangeiros.

Ou seja, a empresa está privatizada de fato, porque mesmo não tendo a maioria das ações ordinárias (que dão direito à voto), os acionistas privados detêm a maioria das ações preferenciais, que têm prioridade na distribuição dos dividendos. O Brasil é uma potência petrolífera, e possui uma das maiores reservas do petróleo do mundo, mas o país importa quantidades crescentes de derivados e a população é extorquida diariamente, pagando preços insuportáveis, como se o país não produzisse uma gota de petróleo. Tal política ignora que a autossuficiência de petróleo no Brasil é uma conquista de décadas feita através de sangue, suor e lágrimas.

Quando a pancadaria para cima da Petrobrás se intensificou, o que já significava a preparação do golpe de 2016, era comum nos debates, afirmações de que a Petrobrás não teria tanta importância, que o petróleo é poluente, que o Brasil deveria mesmo entregar para o capital estrangeiro as reservas trilionárias do pré-sal. Há uma ignorância cultivada entre os brasileiros, do papel da empresa na industrialização nacional, do desenvolvimento da indústria petroquímica, na geração de tecnologia, na área de fertilizantes e de energia da biomassa. É um desconhecimento cuidadosamente plantado entre os brasileiros, e sistematicamente alimentado, fruto da estratégia de controle de recursos naturais vitais do Brasil, empreendida pelas multinacionais.

Na área do petróleo, em função da essencialidade do produto, essa estratégia, que é extremamente sofisticada, não conhece nenhum escrúpulo. As multinacionais do petróleo são, de fato, capazes de fazer qualquer coisa - qualquer coisa, mesmo - para garantir o domínio das maiores jazidas do mundo, e assegurar seus níveis de lucro. Quem acompanhou de perto o conluio da Lava Jato, e o comportamento dos

seus miseráveis chefes e coordenadores, não pode ter nenhuma dúvida sobre isso.

Tivemos recentemente uma amostra da sanha destruidora das forças que estão por detrás dos ataques contra o país. Entregaram a Eletrobras, com suas 36 usinas hidrelétricas, 10 termelétricas a gás natural, óleo e carvão, 2 termonucleares, 20 usinas eólicas e 1 usina solar, por cerca de 10% do seu valor. Entre essas 36 usinas hidrelétricas está Itaipu, que sozinha, vale R\$130 bilhões, o preço de entrega de toda o Complexo Eletrobrás, que deve chegar a um trilhão de reais. Esse é o valor financeiro, contábil, sem considerar a importância social, política e militar da companhia.

Não há dúvidas que o Brasil sofre, há alguns anos, um ataque sofisticado de forças que não querem que o país se desenvolva. Num quadro de crise mundial aguda como o atual, aumenta a disputa por matérias primas e mercados mundiais. Um país com recursos naturais e com a extensão territorial do Brasil, com uma política de desenvolvimento, com petroquímica desenvolvida, com as reservas petrolíferas que dispõe, tende a ser imbatível como nação desenvolvida. Precisa apenas conseguir colocar toda essa riqueza a servico do país e da maioria de sua população.

É fundamental entender o que está acontecendo, porque a ambição imperialista sobre a Amazônia está mais exacerbada que nunca, iustamente em função do agravamento da crise internacional. Não existe região em qualquer parte do globo que disponha de mais recursos naturais do que a Amazônia. O potencial de existência de grandes quantidades de minerais raros, gás, petróleo, naquela região, é muito grande. Nesse contexto, o atual debate sobre gestão internacional da Amazônia, obviamente está sendo fomentado pelos grandes capitais internacionais, que querem simplesmente roubar os recursos da área. Essas ambições são disfarçadas por objetivos indiscutivelmente nobres, como a proteção das populacões indígenas, preservação do meio ambiente, e outros.

Uma tese bastante difundida recentemente é que o Estado brasileiro é incompetente para administrar a Amazônia e que, portanto, essa deveria ser gerida por um conjunto de países, inclusive de fora da Região Amazônica. De preferência países ricos, que seriam mais "organizados" e, portanto, mais preparados para administrar a Amazônia. Neste momento de turbulência internacional e de voracidade dos capitais, esse debate é singularmente perigoso. O assunto aqui não é sobre uma floresta pequena ou de médio porte. Está se falando em entregar para administração internacional 59% do território brasileiro, compreendido pela Amazônia Legal, que é distribuído por 775 municípios. A Amazônia compreende nada menos que 67% das florestas tropicais do mundo. Se fosse um país, como querem alguns, a Amazônia Legal seria o 6º maior do mundo em extensão.

Os riscos que o Brasil corre não são teóricos ou potenciais, mas estão muito presentes. No dia 18 de junho um colunista de O Globo, Ascânio Seleme chamou de "tolos e mal informados os que pensam que a Amazônia é brasileira". Segundo ele, "A floresta não pertence ao Brasil ou Colômbia. Venezuela. Peru, Equador e Guianas. Sua imensidão territorial se estende por estes países e colônias, mas sua importância ultrapassa fronteiras. Parece que vai demorar muito ainda até que se perceba que para salvar o mundo será necessária uma política globalmente estruturada para defender a Amazônia". A mídia em geral está repleta deste tipo de afirmações, que brotam como se fossem ideias casuais. Os perigos que o Brasil corre como nação, e também em relação à própria manutenção de sua integridade territorial, são muito maiores do que podemos imaginar. Eles exigem 200% da atenção daqueles que verdadeiramente defendem o Brasil.





MISOGINIA, MACHISMO E FALOCENTRISMO: O QUE O ASSÉDIO NA CAIXA DIZ SOBRE GOVERNO BOLSONARO?

Por Caroline Oliveira, com edição de Thalita Pires, para o site Brasil de Fato



MANIFESTAÇÃO DE MULHERES CONTRA O PRESIDENTE JAIR BOLSONARO / FOTO: VANESSA TUTTI

As denúncias de assédio sexual contra o ex-presidente da Caixa Econômica Federal Pedro Guimarães remetem a um comportamento coletivo que se estende a outros integrantes do governo de Jair Bolsonaro (PL), inclusive ao próprio presidente, que relega as mulheres a uma posição de subordinação e inferioridade.

Sônia Coelho, assistente social, integrante da equipe da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e militante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), afirma que as denúncias contra o ex-presidente da Caixa "são parte de um modo de governar com misoginia, com preconceito, com discriminação, com violência contra as mulheres".

Tendo em vista o modus operandi de Bolsonaro, o caso das denúncias de assédio sexual contra Guimarães é "simbólico", na visão de Tânia de Oliveira, historiadora, advogada e integrante da Coordenação Executiva da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD).

"Nós temos um presidente da República que foi eleito dando discurso misóginos. Então todos esses fatos têm uma raiz e uma origem comum, que é o discurso do dirigente da nação induz que induz a comportamentos, inclusive institucionais, machistas, misóginos e deslegitimadores direitos das mulheres", diz.

A misoginia fica explícita em um dos relatos divulgados pelo portal Metrópoles, em que uma das servidoras públicas assediadas por Guimarães afirma que o ex-presidente do banco estatal sempre falava: "Vai vir o Long Dong, vai entrar pelo c. e sair pela boca". Long Dong é um ator de filmes pornográficos. "É muito assustador", disse a funcionária.

O comportamento autoritário e grosseiro de Guimarães também ficou explícito em gravações. "Caguei para a opinião de vocês, porque eu que mando. Não estou perguntando. Isso aqui não é uma democracia, é a minha decisão", diz em um áudio. "Manda todo mundo tomar no c.", diz em outro. Entre os áudios divulgados, Guimarães, num rompante falocêntrico, chama Álvaro de Ávila Pires, consultor da Presidência na Caixa, de "pau mole". Segundo Guimarães, Pires não teria coragem de anotar o CPF dos funcionários que estavam em uma conferência, caso as informações da reunião vazassem.

Misoginia como elemento central do governo

Sônia Coelho relembra o posicionamento do presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores no caso da menina de 11 anos estuprada e impedida de realizar o aborto legal. Na ocasião, o capitão reformado disse: "minha posição: tenho uma filha de 11 anos. Espero que não aconteça nada com ela. Mas se acontecesse, eu queria que a criança ficasse viva", em entrevista ao programa 4x4 no Youtube. "Eu acho que não tem lei que pode dizer que o aborto foi legal. A condição que ela estava, com 7 meses, não podia se falar em aborto. Em hipótese alguma. Não se encaixa nessa questão. No sétimo mês de gravidez?"

Para ela, Bolsonaro, antes mesmo de assumir a Presidência já era "uma pessoa intolerante, violenta, que reproduzia a violência contra a mulher". O ataque do então deputado federal a Maria do Rosário (PT-RS), também deputada, em dezembro de 2014. Na ocasião, Bolsonaro disse que "ela não merece [ser estuprada] porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar porque não merece".

Assim, não houve surpresa na revelação dos assédios na Caixa, uma vez que seu governo "justamente põe em prática esse lado violento e misógino. O que a gente está vendo em todo o governo dele, para além do aprofundamento das desigualdades, é essa coisa muito forte do acirramento do patriarcado e do acirramento da misoginia como uma coisa muito central", diz Coelho.

"Desde o início, a gente viu um governo que não colocou mulheres no seu governo, que falou abertamente o tempo todo com frases reproduzindo a violência, não só do ponto de vista ideológico, mas do ponto de vista de recursos mesmo, de não colocar recursos, de não executar recursos para nenhuma política em relação às mulheres", completa.

Ainda na esteira do caso da menina de 11 anos estuprada e impedida de realizar o aborto legal, Tânia de Oliveira lembra que o Ministério da Saúde realizou uma audiência para convidados para discutir uma cartilha com o objetivo de modificar as diretrizes constitucionais do aborto legal. Qualquer mudança realizada dessa forma seria inconstitucional, uma vez que uma norma da pasta não tem o poder de alterar uma legislação.

"Além dessa questão de principio logicamente ilegal, eles utilizaram todo esse aparato do serviço público para dizer que vão elaborar uma cartilha para limitar o direito das mulheres ao aborto legal", afirma Oliveira.

"Quem está no comando da orquestra dá o tom"

Nas palavras de Isabela Castro de Castro, presidente Estadual da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB/SP) e membro fundadora da Comissão Nacional do Feminismo da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT), "quem está no comando da orquestra dá o tom".

"É claro que o tom dele [de Bolsonaro] é conservador. Ele vai colocar nos cargos pessoas que têm o mesmo entendimento que ele. As pessoas que vão estar dançando no mesmo ritmo", diz Castro.

Com o discurso legitimador de falas e ações misóginas, "há a presunção de que esse é o entendimento do governo". Por isso, "muitos vão acobertar tudo o que acontecer, vão engavetar as denúncias, como estava acontecendo até agora na Caixa Econômica". Nos relatos contra Pedro Guimarães, as vítimas disseram que tentaram realizar denúncias na Corregedoria do banco estatal, mas nada foi feito. Pior: algumas passaram a ser perseguidas.

Histórico

As declarações citadas não foram as únicas vezes que Bolsonaro e seus aliados demonstraram misoginia e um apelo falocêntrico, ou seja, a ideia de um autoritarismo masculino, na qual o falo tem um valor significativo.

Em maio de 2019, Bolsonaro prometeu deixar o cargo caso fosse aprovada uma Reforma da Previdência "de japonês". "Se for uma reforma de japonês ele vai embora, é isso? Eu já respondi. Pequenininho. Lá (no Japão) é tudo miniaturizado."

Um mês antes, o presidente disse que o país não poderia ter "turismo gay", mas quem quisesse "vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade."

Em 2014, o capitão reformado disse que tem "pena do empresário no Brasil" com "tantos direitos trabalhistas". "Entre um homem e uma mulher jovem, o que o empresário pensa? Poxa, essa mulher está com aliança no dedo, daqui a pouco engravida, seis meses de licença-maternidade", disse durante entrevista ao jornal Zero Hora.

Seus aliados também não fogem do script. Em setembro de 2019, o ministro da Economia Paulo Guedes se dispôs a dizer que Brigitte Macron, esposa do presidente da França, Emmanuel Macron, era "feia mesmo".

No mesmo ano, Ernesto Araújo, ex-ministro das Relações Internacionais, disse que "hoje um homem olhar para uma mulher já é tentativa de estupro". Também afirmou, durante audiência na Câmara dos Deputados, que as denúncias de abusos sexuais teriam um fundo ideológico. "Não é de forma nenhuma negar o problema do estupro, isso tem que ser combatido como todas as formas de violência, mas é expulsar a ideologia desse tipo de debate."

O discurso de inferiorização da mulher também foi a tônica de Damares Alves, ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Em abril de 2019, ela afirmou que "a mulher deve ser submissa. Dentro da doutrina cristã, sim. Dentro da doutrina cristã, lá dentro da Igreja, nós entendemos que um casamento entre homem e mulher, o homem é o líder do casamento."

Publicado originalmente em: https://www.brasildefato.com.br/2022/07/01/misoginia-machismo-e-falocentrismo-o-que-o-assedio-na-caixa-diz-sobre-governo-bolsonaro